



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA/QUARTA-FEIRA, EM 06/07 DE NOVEMBRO DE 1.979.

ANO V

## AVULSO

### EMENDA CONSTITUCIONAL

O Art. 12 e seus parágrafos, da Constituição do Estado do Paraná, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 — Os Deputados são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a Segurança Nacional.

§ 1.º — Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte os Deputados não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembléia.

§ 2.º — Se a Assembléia não se pronunciar sobre o pedido dentro de 40 (quarenta) dias, a contar de seu recebimento, ter-se-á como concedida a licença.

§ 3.º — No caso de flagrante de crime inafiançável os autos serão remetidos, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, à Assembléia, para que esta resolva sobre a prisão e autorize ou não a formação de culpa.

§ 4.º — Nos crimes comuns os Deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 5.º — A incorporação às Forças Armadas de Deputados, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de licença da Assembléia.

§ 6.º — As prerrogativas de Deputados arrolados como testemunhas não subsistirão se deixarem eles de atender, sem justa causa, no prazo de (30) dias, ao convite judicial."

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1979.

(aa) Fabiano Braga Côrtes, Domício Scaramella, Gilberto Carvalho, Fuad Nacli, Trajano Bastos, Palácios, Rosário Pitelli, João Mansur, Jurandir Messias, Fiori Luiz, Carlos Zanlorenzi, Nelson Buffara, José Tavares, Ezequias Losso, Egon Pudell, Renato Bernardi, Pinto Dias, Tércio Albuquerque, Edilson Alencar, David Cheriegate, Waldyr Pugliesi, Gernote Kirinus, Túlio Zanchet, Deni Schwartz, Lineu Turra, Erondy Silvério, Aguinaldo Pereira Lima e Basílio Zanusso.

### JUSTIFICAÇÃO:

A proposta de emenda constitucional que oferecemos à consideração dos Senhores Deputados dispensa, para justificá-la, comentários e explicações mais

alongadas. Objetiva, tão somente, adaptar a Constituição do Estado ao texto da Carta Federal, modificado pela Emenda nº 11, de 13 de outubro de 1.978, devendo merecer, porisso, a aprovação desta Casa.

### EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo Único — O art. 11 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 — Não perde o mandato o Deputado Estadual investido na função de Ministro de Estado, Secretário ou Prefeito de Capital, ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares.

§ 1.º — Convocar-se-á o suplente nos casos de vaga, de licença ou de investidura em funções previstas neste artigo. Não havendo suplente e tratando-se de vaga, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 2.º — Com licença da Assembléia Legislativa do Estado, o Deputado Estadual poderá desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural.

§ 3.º — Considerar-se-á renunciante o Deputado que infringir o disposto no item III do artigo 10, ou salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, deixar de tomar posse dentro de dez dias, contados da inauguração da legislatura, ou de sua convocação, no caso de suplente".

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1.979.

(a) Domício Scaramella, Tércio Albuquerque, Nilso Sguarezi, Túlio Zanchet, Deni Schwartz, Nelson Buffara, Nelton Friedrich, Fuad Nacli, Renato Bueno, Cyro Martins, Nestor Baptista, João Elísio, Fiori Luiz, Erondy Silvério, Rosário Pitelli, David Cheriegate, Fabiano Braga Côrtes e Gilberto Carvalho.

### JUSTIFICAÇÃO:

A presente emenda à Constituição do Estado do Paraná, visa adaptar a nossa Carta Magna à Constituição Federal, recentemente emendada em seu Art. 36, através da Emenda Constitucional nº 13 promulgada pelo Congresso Nacional, no último dia 10 de outubro e publicada no Diário Oficial da União no dia 11 do mesmo mês.